

CARTOGRAFIAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - UMA HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM PATOS-PB.

Daniela Medeiros da Silva
FIP e IFPB
dnimedeiros@hotmail.com

A História da Educação, segundo Fonseca (2008) é um campo historiográfico com propriedades equivalentes às que identificamos para a História Cultural, isto é, a existência de pressupostos teóricos-metodológicos específicos que a diferenciam de outros campos, e que ainda, pudessem torná-la referencial para diferentes campos de investigação.

Dessa forma, tem sido em torno da História da Educação Superior em Patos - PB implicando sob os aspectos relevantes do contexto educacional, político, econômico e social atrelada a pesquisa científica e suas relações históricas com o papel da educação na formação intelectual de uma cidade a partir dos anos 1960 até os dias atuais, envolvendo a memória local e de seus indivíduos que ativamente participaram e contribuíram para a historiografia da educação brasileira e paraibana.

Com isso esta pesquisa trabalha a História da Educação, no que diz respeito as representações que teceram a educação de ensino superior em Patos – PB, devido hoje a cidade ter quatro instituições de ensino superior – na modalidade presencial – que são: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, e a Fundação Francisco Mascarenhas –FFM, hoje Faculdades Integradas de Patos – FIP, que fora pioneira nesse processo de institucionalização do ensino superior na cidade, assim como frutos das tramas institucionais que envolveram a implantação e implementação do ensino superior, como a participação e contribuição de José Gomes Alves.

As primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil foram fundadas em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa ao país, até antes o Governo Português não permitia que o Brasil dispusesse de Universidades no período Colonial¹. Mesmo com a Independência do Brasil em 1822 não houvera nenhuma mudança no formato do

¹ Ver: MARTINS, Antônio Carlos Pereira. *Ensino Superior no Brasil: Da Descoberta aos Dias Atuais*. Acta Cirúrgica Brasileira – Vol. 17, 2002. pp.04-06.

sistema de Ensino Superior, pois a elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de Universidades.

Nesse contexto, podemos observar apenas uma discreta expansão das instituições educacionais com a consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e Observatório Nacional, a partir do ano de 1850.

Ficando para o final do século XIX cerca de 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes². A partir daí, a iniciativa privada começa a construir seus próprios estabelecimentos de ensino superior legitimada pela Constituição da República em 1891, com isso as instituições privadas surgem da iniciativa das elites locais e confessionais católicas.

Na década de 1920 as questões quanto a expansão das Universidades ganha novas conotações ao que diz respeito a sua função social de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa, ela ganha definições de saberes interessados. Nesse período o Brasil só contava duas Universidades existentes, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, as demais instituições eram faculdades isoladas que somavam cerca de 150 unidades no país.

No Governo Provisório de Getúlio Vargas em 1931, ocorre uma reforma educacional autorizando e regulamentando o funcionamento das Universidades e Faculdades, incluindo a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito. Nesse período, a Era Vargas fora caracterizado pela intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação, em troca de apoio o governo concedeu espaço a Igreja Católica e com isso culminou na criação das suas próprias universidades nos anos 1940.

Nos anos que compreenderam o período de 1945 a 1968 houve a luta por parte da classe estudantil e dos professores na defesa de um ensino público e na institucionalização de Universidades e o fim de Faculdades isoladas, estava em pauta no Governo Federal uma discussão sobre uma reforma de todo o sistema de ensino no Brasil, em especial a da Universidade.

Nas discussões que permearam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961, que defendia a iniciativa privada e facultava a

² Ver: MATTOS, PLCL. As universidades e o Governo Federal. Recife: UFPE, 1983.

realização da pesquisa e facilitava a disseminação de faculdades isoladas. Dessa forma, regulamentava a expansão do setor, especialmente pela iniciativa privada sem estimular a investigação científica.

Após o Golpe Militar de 1964, a política econômica adotada levou ao aparecimento de um “surto nacionalista”. No âmbito deste, questões de ordem política, econômica e militar enfatizavam conceitos como ‘prioridades do país’, ‘projeto brasileiro’ e geraram, nos anos seguintes, o projeto “Brasil: Grande Potência” uma projeção das relações do país para o futuro³.

Segundo Ianni (1996), o Governo Militar preconizou uma política destinada, entre outros fins, a superar os problemas tecnológicos da indústria nacional, dando-lhe condições de aumentar sua participação na oferta nacional e global. Foram elaborados planos para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T), nos quais a formação de técnicos e pesquisadores era considerada primordial.

Nesse contexto, a Universidade tinha o importante papel de produzir as “*mentes*” e a tecnologia que o país demandava nessa configuração o ensino superior na cidade de Patos – PB é idealizada pelo desempenho de José Gomes Alves que cria a primeira Faculdade de Ensino Superior na cidade, a Fundação Francisco Mascarenhas instituída em 01/05/1964 juntamente com a Faculdade de Economia, autorizada pelo decreto federal nº66.908 de 23/07/1970 em consonância com a Resolução 51/69 do Conselho Estadual de Educação e mais tarde, Agronomia e Medicina Veterinária, Resolução 22/71 do Conselho Estadual de Educação, assim a cidade inicia sua História da Educação Superior.

A Fundação Francisco Mascarenhas emerge no contexto brasileiro marcado por profundas transformações políticas do Governo Militar e assim, a educação brasileira se tornava alvo de políticas públicas gerenciadas pelos militares, principalmente para promover a abertura de novas instituições de ensino superior.

Para atingir este objetivo foram firmados convênios com a Agency for International Development (AID) - agência americana que disponibilizou assistência técnica e de cooperação financeira para organizar o sistema educacional brasileiro. Esse período ficou conhecido por “Acordos MEC – USAID⁴”, cujo objetivo era adequar o

³ Ver: FÁVERO, M.L. A Universidade Brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1977.

⁴ MEC – Ministério da Educação e Cultura e USAID – United States Agency International Development.

ensino brasileiro ao modelo de desenvolvimento econômico implantado no Brasil, a partir do Golpe Militar de 1964⁵.

Portanto, a Fundação Francisco Mascarenhas emerge ao meio da reformulação da Universidade Brasileira e por interferência dos “Acordos MEC – USAID”.

Nesse sentido, a Fundação Francisco Mascarenhas é criada com a responsabilidade social de profissionalizar mão de obra, principalmente da cidade de Patos – PB e regiões circunvizinhas, estando atenta em atender as preocupações do Ministério da Educação e de seu fundador José Gomes Alves em formar profissionais para o mercado de trabalho, e também evitar a expansão de desempregados sem qualificação no país.

Com isso, a instituição ganha espaço na cidade e se amplia criando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, efetivada pelo decreto federal nº 66.558 de 12 de Maio de 1970.

Todo esse contexto indica que a implementação da Fundação Francisco Mascarenhas lança uma idéia de desenvolvimento, prosperidade e grande contribuição intelectual por meio desta instituição para Patos – PB e região, apresentando nas fontes um empreendedorismo e pioneirismo de José Gomes Alves para a História da Educação Superior de Patos – PB.

Então pensar em História da Educação é constitui uma identidade multifacetada e plural do historiador da Educação, que ao debruçar-se sobre a História da Educação torna-se relevante devido ao fato dos aspectos estudados nessa perspectiva acaba levando-nos para pesquisarmos sobre a realidade de uma cidade no aspecto cultural, histórico e sócio-econômico de um lugar ou região.

O objeto desta pesquisa refere-se à perspectiva da História da Educação no nível de ensino superior instalada sob a luz da ditadura militar e de políticas públicas advindas do exterior. Como um “homem simples” – José Gomes Alves – “sem estudo”, apenas comerciante tem uma visão empreendedora para a época, onde aqueles que podiam fazer sua formação acadêmica iam para a Capital Paraibana ou Pernambucana.

⁵ Ver: SILVA, Daniela Medeiros da. *Cartografias da Infância: Discursos Institucionais, Pedagógicos e Curriculares da Pré-Escola Campinense*. (Dissertação de Mestrado em História) Centro de Humanidades – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, 2009.p.103.

Sendo esse homem “sem estudo” tem a visão de criar e implantar cursos de nível superior na cidade de Patos – PB gerado por iniciativa própria.

Com esse propósito esse artigo apresenta algumas reflexões e questionamentos desenvolvidos a respeito do tema, fruto das leituras, investigações e observações feitas sobre a História da Educação Brasileira e no sentido mais local a cidade de Patos – PB e sua contribuição para o Ensino Superior na Educação Brasileira.

É nossa intenção trabalhar também com a memória local e de indivíduos que envolvem a História da Educação devido a participação e contribuição para a historiografia, pois acreditamos que o contexto e a época em que aconteceram as experiências influenciaram a construção de uma realidade local diferenciada em relação ao Ensino Superior nos dias atuais.

Para isso, Nunes e Carvalho (1993:23) diz: “*as fontes da história da educação definem, em boa parte, os limites e as possibilidades das reconstituições que fazemos com a ajuda da documentação possível.*” Dessa forma, pretendemos fazer uma análise sobre as questões propostas em estudo, além de encontrar uma trajetória metodológica que se desenvolva a medida das discussões teóricas que a pesquisa seja realizada, ainda que a metodologia aqui seja entendida como algo em construção em vista que o objeto de estudo é abordado e problematizado no decorrer da pesquisa.

Fonseca (2008) afirma que a historiografia da educação costuma ser um campo autônomo, permeado de especificidades metodológicas além daquelas do seu próprio objeto, ficando atento para os muitos aspectos que devem ser considerados mediante pesquisa realizada.

Referências Bibliográficas

FÁVERO, M. L. *A Universidade Brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1977.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História da Educação e História Cultural*. IN: _____ e VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.) *História e Historiografia da Educação no Brasil*. 1ª Ed. 1ª Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. pp.49-76.

GONDRA, José Gonçalves (org.) *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- LUCENA, Damião. *Patos em Revista*. Edição Histórica. 2005.
- MARTINS, Antônio Carlos Pereira. *Ensino Superior no Brasil: Da Descoberta aos Dias Atuais*. Acta Cirúrgica Brasileira. Vol.17, 2002. pp.04-06.
- MATTOS, P.L.C.L. *As Universidades e o Governo Federal*. Recife: UFPE, 1983.
- NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da Educação e Fontes*. Cadernos ANPED, n.05, set.1993. pp.07-64.
- SILVA, Daniela Medeiros da. *Cartografias da Infância: Discursos Institucionais, Pedagógicos e Curriculares da Pré-Escola Campinense*. (Dissertação de Mestrado em História) Centro de Humanidades – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, 2009.p.103.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs.) *Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.